

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 38

Data: 30 de setembro de 1983

Pg.: _____

Luçio Flavio Pinto

No ar (3)

Sem informações completas e sem pronunciamentos oficiais, amplia-se a margem de especulações em torno de uma série de questões suscitadas nos últimos meses, e especialmente nos últimos dias, sobre a política governamental voltada para a ocupação da Amazônia. Aparentemente, tais interpretações abrangem temas desencontrados e desconexos, despejados em recipiente único e transformados em matéria afim por força de uma vontade arbitrária. Ou, em linguagem mais acessível: estariam confundindo alhos com bugalhos.

Talvez sim, talvez não. De fato, uma das questões levantadas nada tem a ver em princípio, com a outra. Uma coisa é a denúncia de que a Sudam estaria aprovando a implantação de projetos agropecuários em áreas de floresta densa, não apenas contrariando os dispositivos legais vigentes, mas também contornando o seu setor técnico competente, o Departamento de Recursos Naturais, para evitar pareceres desfavoráveis.

Outra coisa é a proposta que o Ministério da Fazenda pretende encaminhar à Presidência da República, introduzindo mudanças profundas nas normas em uso pelos fundos de desenvolvimento regional, o Finor e o Finam. A principal delas é o estabelecimento do limite máximo de mil hectares como o tamanho aceitável de projetos agropecuários incentivados.

Existiria, no entanto, um elo de ligação entre estas duas questões distintas: as preocupações manifestas e as iniciativas anunciadas visariam reduzir a demanda de recursos por parte dos projetos que pertencem ao Finam, antecipando o ingresso do Jari ou reservando-lhe certo volume de dinheiro.

Como prova da manobra, cita-se o desvio para o Jari de 9,2 bilhões de cruzeiros que o Banco do Brasil aplicaria neste ano no Finor e no Finam. O desvio é um tanto esdrúxulo e ainda mal explicado, mas a bochada já foi suficientemente profunda para colocar todos os prejudicados — reais e potenciais — em estado de alerta. Eles receiam que esta tenha sido a primeira investida, mas outras devem estar sendo programadas. Desconfiam de que o Finam será a vítima.

As poucas declarações e informações que se pôde colher ontem, durante a movimentada reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, não confirmam os temores, nem os desmentem. O secretário-geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, José Flávio Pécora, preferiu não comentar a denúncia feita pela própria Seplan e a eventual ameaça do Projeto Jari sobre o Finam, alegando não estar adequadamente informado a respeito. Ambas as

questões estariam em nível inferior na escala hierárquica da Secretaria dirigida pelo ministro Delfim Netto.

Mais uma vez, no entanto, a Sudam enviou para a pauta do Condel projetos implantados em área de floresta e novamente deixou de submetê-los ao Departamento de Recursos Naturais. Nenhum conselheiro tocou nessa questão, que é grave. O único que deveria referir-se ao assunto, o governador Jáder Barbalho, retirou-se antes de ter condições de ler o texto que sua assessoria distribuiu aos jornalistas, no qual pedia explicações. Uma delas seria fundamental à análise dos membros do Condel: como a Sudam pode referendar as técnicas de manejo florestal que um dos projetos anuncia se os técnicos qualificados do órgão não o examinaram?

Quanto ao Jari, a única coisa que um assessor da Seplan permitiu-se revelar foi que até agora nada existe de concreto sobre a intenção da empresa de solicitar colaboração financeira do Finam. Nem esse assessor acredita que tal hipótese se concretize. Mas nem ele mesmo soube explicar os motivos da determinação superior para que o Banco do Brasil retirasse 9 bilhões de cruzeiros das suas opções pelo Finam e Finor e entregasse o dinheiro à Companhia do Jari.

A fonte, porém, acha que as pessoas preocupadas com as duas questões estão vendo fantasmas. Garante inexistir qualquer relação entre uma e outra. "Há verossimilhança na ligação dos fatos. Mas não é verdade que o governo esteja querendo espremer os fundos regionais e tirar deles dinheiro para aplicar na Jari", disse ele. Reconheceu, no entanto, que ainda não foram dadas as explicações satisfatórias a respeito.

Sem elas, o mais elementar bom senso recomenda que se inicie a inquirição. É preciso perguntar, cobrando informações. Mas o próprio Condel, saudado mais uma vez, ontem, como o verdadeiro pulmão mental da Amazônia, parece acomodado a sua função de referendador. Quando há algum debate, ele fica na superfície das coisas. Qualquer esforço para um aprofundamento é interpretado como iniciativa despropositada ou inconveniente.

Por isso, um princípio de controvérsia suscitado pelo almirante Mário Jorge da Fonseca Hermes, representante do Estado-Maior das Forças Armadas, com o governador do Maranhão, Luís Rocha, ficou inconcluso. O comandante do IV Distrito Naval queria uma discussão técnica dos temas incluídos na pauta. O Governador dizia que seu exame decorre de uma decisão política. Mas ambos estavam parcialmente corretos: a verdade surgiria da combinação de suas idéias, não da rejeição absoluta. A técnica exige a análise a partir dos fatos concretos, do que é na verdade e não do que dizem que é. A política encadeia estas realidades menores no moto contínuo da história, no contexto que lhes dá significado.

Juntas as duas dimensões, compreende-se as decisões. E não apenas decidi-se.